

Procura por Educação Primária em Moçambique

Félix M. Mambo^a

^a UNU-WIDER, Helsinki, Finlândia.

Resumo

Desde a reforma ao sector de educação em 2004, o número de crianças com idade escolar que inscrevem-se no ensino básico tem evoluído positivamente. Todavia, entre os períodos 2008 e 2014, a percentagem de crianças fora da escola estagnou em torno dos 12%. Neste contexto, o presente estudo discute os factores que podem fazer com que crianças no grupo de idade 6 a 12 anos não se inscrevam no ensino primário. O objectivo principal deste estudo é analisar factores determinantes da inscrição no ensino primário em Moçambique, no grupo de idade 6 a 12 anos. Os resultados econométricos do estudo sugerem que a oportunidade de inscrever-se no ensino básico está ligado ao rendimento do agregado familiar. Um baixo nível de educação do chefe de agregado familiar, ser deficiente e ser órfão de pai ou mãe são as maiores barreiras na procura de educação primária. Por outro lado, a educação inclusiva para crianças deficientes, a educação do chefe do agregado familiar, o aumento do rendimento dos agregados familiares contribuem para o aumento da procura por educação primária.

Palavras-Chave: Determinantes da Educação; Procura por Educação; Ensino primário

1.- Introdução

A educação em Moçambique é vista como um instrumento de desenvolvimento. Por essa razão, o aumento da oferta de uma educação de qualidade é uma das principais medidas estratégicas propostas pelo Governo de Moçambique para promover o desenvolvimento (GdM, 2012, p. 3).

A desigualdade do consumo tem aumentado de forma consistente desde 1996-97, no período mais recente o aumento da desigualdade intensificou. (DEEF, 2016). Devido a desigualdade, a oportunidade de acesso a educação pode não ser igual para as diferentes camadas da sociedade. Antes da reforma do sistema educacional, Moçambique destacou-se num grupo de 36 países em vias de desenvolvimento como o país cujo sistema educacional mais favorecia os mais Ricos. (Dabla-Norris & Gradstein, 2004)

O Governo de Moçambique (GdM) e seus parceiros, para aumentar o acesso ao ensino fundamental para todas camadas da sociedade Moçambicana, tem engendrado políticas e reformas direccionados ao sector de educação. Como a abolição das taxas obrigatórias no ensino básico que está de acordo com as medidas necessárias para atingir um ensino básico universal, assim como preconizado nos objectivos de desenvolvimento sustentável.

O GdM (2012) define como um dos principais objectivos para o sector da educação assegurar a inclusão e a equidade no acesso e retenção na escola. O número de crianças com idade escolar que procuram educação básica tem evoluído positivamente, sendo que aumentou em cerca de 88% no período de 2002 a 2014. Todavia, no período 2008 a 2014, a percentagem

de crianças fora da escola estagnou em torno dos 12%, o que representa cerca de 700 mil crianças (WDI, 2017). Num contexto em que a educação básica é compulsiva e oferecida de forma gratuita.

Neste contexto, surge o problema fundamental que este estudo pretende discutir: quais são os factores que podem fazer com que crianças no grupo de idade 6 a 12 anos não procurem educação primária. Ademais, será discutido o papel da desigualdade de rendimento na procura por educação.

A procura por educação é teoricamente construída considerando a decisão de inscrição ou não inscrição de uma criança à escola uma escolha económica feita pelo agregado familiar, em nome da criança. Assim sendo, o problema económico ligado à procura por educação, neste caso ensino primário, é construído considerando que o agregado familiar tem que tomar uma decisão de investir ou não investir em capital humano. A educação como as outras formas de investimento tem um retorno. Por exemplo, espera-se que cada ano adicional de educação se reflecta em forma de um acréscimo salarial que faz com que o salário seja mais alto em função do número de anos de educação, isto comparando a outros trabalhadores similares, em sectores e economias comparáveis (Becker, 1962). Neste contexto, os agregados familiares esperam que investimento em educação resulte num retorno positivo e significativo, o que torna o investimento um incentivo económico para procura de educação para os membros do agregado familiar. Sendo que essa percepção de retornos de educação pode ser afectada pela experiência de educação dos outros membros do agregado familiar.

A análise económica da procura por educação reconhece que a decisão de ter membros do agregado familiar na escola é um investimento onde os agregados familiares fazem face a custos contemporâneos para obtenção de benefícios futuros. Como sugere o trabalho de Becker (1962) e Ben-Porath (1967), para fomentar o investimento em educação é necessário reduzir o consumo de outros bens como forma de suportar os custos inerentes a aquisição de material escolar, livros, uniformes, outros materiais didáctico e o pagamento de matrícula quando a educação não é gratuita. Consequentemente, o rendimento do agregado familiar pode ser um factor chave na demanda por educação. Todavia, o custo contemporâneo do investimento em educação pode ser reduzido por outros factores externos, subsídios, programas de promoção educação, transporte ou alimentação escolar.

Outra consideração importante quando se trata de investimento em educação é o uso de tempo, visto que investir em educação suscita uma substituição do tempo que seria usado para o lazer, actividades domésticas e laborais por actividade relacionadas a educação. Para enquadrar a questão de tempo no agregado familiar é importante perceber como é feita a divisão de trabalho dentro de um agregado familiar. Sendo os factores ligados à divisão de trabalho o tamanho do agregado, a estrutura do agregado e a distribuição de tarefas em função do género, a idade, a posição no agregado e a relação com o chefe do agregado familiar. Factores externos ao agregado familiar como a distância à escola, qualidade da escola também podem influenciar o investimento em educação, visto que o uso de tempo para educação aumenta o custo de oportunidade ligado aos níveis de rendimentos que podem ser obtidos contemporaneamente.

Existe uma vasta base empírica sobre qual pode se fazer a discussão deste tema, como o estudo empírico como de Chernichovsky (1985), Deolalikar (1997), Tansel (1997), Al-Samarrai e Peasgood (1998), Connelly e Zheng (2003), Glick e Sahn (2000), Zimmerman

(2001), Handa (2002), Lincove (2009), Quayes e Ramsey (2014) e Nidup (2016). Estes consideram como possíveis factores determinantes as características da criança, características do chefe do AF (agregado familiar) e as características do AF.

Quando abordamos a questão de factores determinantes procura de educação primário em Moçambique destacam-se poucos estudos: World Bank (2005) sobre o impacto dos custos no ingresso e retenção no ensino primário, com base nos dados do IAF2002/03, UNICEF (2010) sobre as barreiras à participação no ensino, com base nos dados do MICS 2008 e o trabalho de Fox et al. (2012) que analisou o impacto das reformas ao sistema educacional nacional realizada no período 2004/05 sobre o ensino primário e secundário, com base em dados de painel do NPS2008.

Os trabalhos realizados em Moçambique identificam como possíveis determinantes características da criança (idade, género, ordem de nascimento e se é descendente directo do chefe do AF), características do chefe do agregado familiar (género do chefe do AF, educação dos parentes) e características do AF (consumo, distância à escola, região de residência) e características externas (custos ligados a educação).

Os principais resultados de World Bank (2005) sugerem que o custo directo ligado a educação tem pouca ou nenhuma influência sobre a probabilidade de ingresso no ensino primário. No entanto a proximidade à escola, educação dos pais e características da criança (idade, género e vulnerabilidades) e o nível de consumo no AF tem uma influência significativa sobre a probabilidade de ingresso no ensino primário. O UNICEF (2010), fazendo referência a uma análise de regressão destaca como factores determinantes para a frequência ao ensino primário de crianças de 6-12 anos, em primeiro lugar a escolaridade da mãe, a riqueza familiar, se a criança tem alguma deficiência, o género do chefe do AF e se a criança vive com o pai. No entanto, os principais resultados de Fox et al. (2012) sugerem que a reforma do sistema educacional 2004/08 que culminou com a abolição dos custos directos ligados a educação primária e secundária teve um efeito positivo, nos anos subsequentes, sobre o número de inscrições do grupo de idade 6 a 19 anos sendo que a reforma aumentou o acesso à educação para crianças provenientes de famílias pobres e crianças do género feminino.

A presente pesquisa expande a literatura existente sobre à procura de educação primária em Moçambique. Primeiro porque analisa o impacto da desigualdade do rendimento na procura por educação primária, uma análise que não foi incorporada na literatura existente. Segundo por ser baseada em dados mais recentes do inquérito ao orçamento familiar (IOF14/15), actualiza a análise dos factores que afectam à procura por educação ensino primária.

Espera-se que a presente pesquisa aumente a escassa literatura moçambicana sobre procura por educação primária em Moçambique, sirva de ferramenta para a formulação de políticas, fornecendo uma nova perspectiva na questão de educação primária e seus determinantes da procura por educação primária.

Na próxima secção do trabalho, contextualiza-se a questão de educação primária em Moçambique. Logo após, apresenta-se a metodologia usada para atingir os objectivos do estudo, descreve-se os principais dados usados, em seguida discute-se os principais resultados do estudo e finalmente apresenta-se algumas conclusões do estudo.

2-Educação Primária em Moçambique

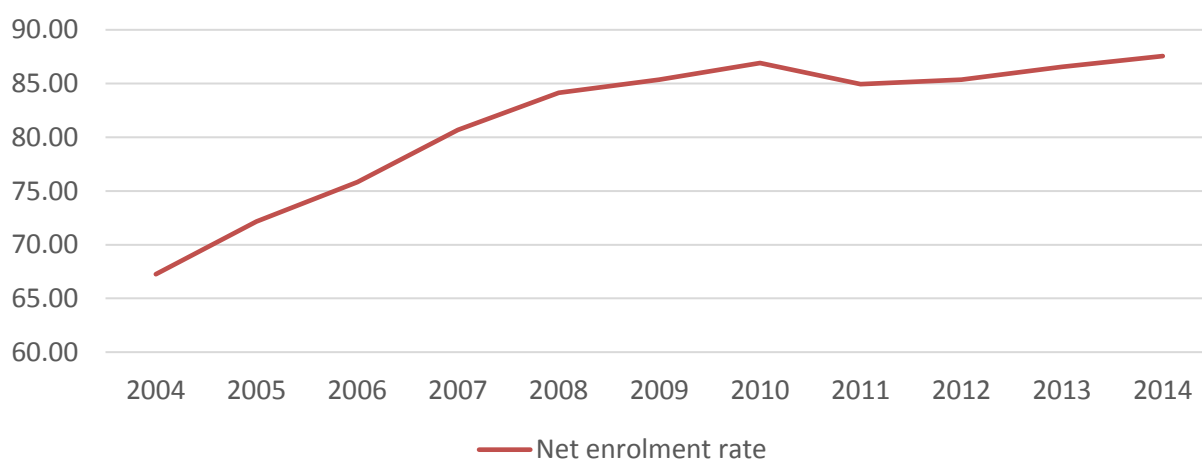
A política de educação em Moçambique está centralizada em três objectivos: a expansão da educação, a melhoria da sua qualidade e o reforço da capacidade institucional, financeira e política com vista a assegurar a sustentabilidade do sistema (GdM, 2012). O sistema de educação em Moçambique sofreu uma reforma em 2004 levada a cabo pelo Governo de Moçambique, cujo principal objectivo foi reduzir barreiras no acesso à educação e torná-la mais abrangente. Antes da reforma os encarregados de educação suportavam anualmente custos com matrículas e ASE (Acção Social Escolar), o que pode ter contribuído para que crianças provenientes de famílias mais pobres não aderissem ao ensino básico.

O sistema de ensino escolar em Moçambique compreende 3 níveis de ensino: o ensino geral composto pelo ensino primário; o ensino secundário geral, ensino técnico-profissional equivalente ao ensino secundário geral e o nível superior (GdM, 2012). O ensino primário está dividido em primeiro ciclo (1ª a 2ª classe), segundo grau (3ª a 5ª classe) e terceiro grau (6ª a 7ª), sendo a idade de entrada oficial 6 anos completados no ano de ingresso.

O comportamento do sector de educação foi modificado com a reforma de 2004, com a introdução de um novo currículo escolar, a abolição dos custos de ingresso e o aumento do número de escolas e professores.

No período 2004-2014, tal como mostra a figura 1, a taxa de inscrição líquida seguiu um comportamento relativamente crescente, o número de alunos inscritos evoluiu positivamente em relação aos níveis de 2004. A percentagem de crianças com idade escolar fora da escola sofreu uma grande redução, desde a reforma ao sistema educacional em 2004. Em 2014, a taxa de inscrições líquida atingiu o seu máximo de 87,56%, isto com cerca de 12,44% fora da escola, o que representa cerca de 700 mil crianças com idade escolar fora da escola uma grande melhoria quando comparado ao 32,72% de 2004. Todavia, continua representar um número elevado de crianças fora da escola, num contexto onde a educação básica é gratuita e compulsiva. Ademais, nos últimos 5 anos, a percentagem de crianças fora da escola sofreu uma relativa estagnação em torno de 12%.

Figura 1: Evolução da Taxa de Inscrição Líquida no Ensino Primário em Moçambique



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do WDI (2017)

Nota: Net Enrollment rate (taxa líquida de inscrições na idade certa);

Para justificar porque algumas crianças não procuram educação primária, a UNICEF (2010) destaca um conjunto de possíveis barreiras à educação primária em Moçambique: Custos directos com a educação podem ser uma barreira para inscrição de crianças em idade escolar, em especial para os agregados familiares muito pobres. Isto, apesar da maior parte dos custos inerentes ao ingresso e permanência de crianças no ensino básico terem sido abolidos, existem programas de apoio e isenção que abrangem com maior ênfase as famílias mais pobres. No entanto, outros custos, como o custo dos uniformes e outros materiais escolares, podem restringir o acesso ao ensino no caso das famílias mais vulneráveis. Nesse sentido, os custos directos podem ser um factor determinante na decisão de pôr ou não os filhos na escola.

O custo de oportunidade da participação na escola, considerando o papel das crianças no seio da família pode ser um factor determinante, sendo que ao inscrever-se na escola a criança poderá ter que abdicar a realização de outras tarefas sejam domésticas ou que produzem algum rendimento para o agregado familiar, isto, de acordo com as prioridades definidas pelos encarregados de educação e a percepção de retornos da educação.

Temos também como possíveis barreiras à procura de educação de crianças determinadas questões socioculturais, tradições, bem como a oferta de escolas de qualidade que pode influenciar a percepção de retornos da educação dos encarregados de educação.

Na tabela 1, apresenta-se as razões subjectivas no grupo de idade 6 a 12 anos para não procurar educação, de acordo com o género, a área de residência e os quintis de consumo. A informação na tabela 1 pode ser usada para ter uma imagem das possíveis barreiras ligadas ao investimento em educação. A razão mais prevalecte para não procurar educação no grupo de idade 6 a 12 anos é a falta de interesse. A distância à escola é levantada como uma razão frequente para não procurar educação, assim como a custo de educação, no entanto 20% das crianças têm outras razões não procurar educação. Existem algumas diferenças notáveis entre as áreas de residência, independentemente do género, como é o caso da percentagem de crianças que não procuram educação por ser muito cara é maior nas zonas urbanas relativamente as zonas rurais. A percentagem de crianças que não procuram educação por esta ser muito distante é relativamente maior nas zonas rurais. Relativamente ao género e aos quintis de consumo existem poucas diferenças notáveis.

Tabela 1: Razões subjectivas para não procurar educação, grupo de idade 6 a 12 anos (%)

Razões	Total	Masculino		Feminino		Quartil				
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	1	2	3	4	5
Atingiu o nível que desejava	0,43	0,45	0,49	0,45	0,65	0,1	-	0,65	0,98	0,76
Não existe nível seguinte	0,57	0,94	0,86	0,16	0,14	0,24	-	0,25	0,7	3,05
Falta de Vagas	2,2	1,61	3,06	1,84	5,45	2,21	1,67	2,58	1,58	3,34
Fica muito distante	8,61	11,1	3,12	8,36	2,77	9,61	9,35	8,61	7,2	6,92
Muito Cara	4,81	3,97	8,38	3,5	10,39	4,78	4,74	4,3	4,22	6,96
Muito novo	0,75	0,84	0,69	0,69	0,56	1,04	0,5	0,11	1,68	0,3
Trabalha	2,44	2,39	2,22	2,47	2,76	1,17	3,41	2,24	2,24	4,52
Falta de interesse	56,71	61,68	45,35	59,56	33,23	56,8	53,64	61,76	58,35	48,91
Reprovou	2,21	1,29	2,14	3,3	2,53	0,69	3,29	2,07	3,16	2,72
Casou-se	0,44	0,31	0,19	0,63	0,53	0,39	0,4	0,52	0,56	0,26
Gravidez	0,23	-	-	0,16	1,78	0,31	0,36	-	0,43	-
Outras	20,6	15,41	33,98	18,9	39,19	22,66	22,64	16,92	18,91	22,26

Fonte: Autor, com base nos dados do IOF14/15

3-Metodologia

Para analisar os factores que podem fazer com que crianças no grupo de idade 6 a 12 anos não procurem educação. O trabalho estará centrado na participação de crianças de 6 a 12 anos no ensino básico. A decisão de investir na educação inicialmente é uma dicotomia, pode se investir na educação ou não investir. Assim sendo, este estudo adoptou uma metodologia baseada na regressão Probit, similar a metodologia usada nos trabalhos de Chernichovsky (1985), Deolalikar (1997), Tansel (1997), Al-Samarrai e Peasgood (1998), Glick e Sahn (2000), Zimmerman (2001), Handa (2002), Connelly e Zheng (2003) e Nidup (2016). Seja Y_1^* uma variável que reflecte a probabilidade de uma criança inscrever-se escola, no grupo de idade 6 a 12 anos.

$$Y_1^* = \alpha + \beta^h H + \beta^c C + \varepsilon_1 \quad (3.1)$$

Dado que só é possível observar se uma criança inscreveu-se à escola ou não se inscreveu, assume-se que:

$$y_{1i} = \begin{cases} 0 & \text{if } y_1^* \leq 0 \\ 1 & \text{if } y_1^* > 0 \end{cases} ,$$

onde H é um vector que congrega as características da criança, do chefe do agregado, e do agregado familiar, C é um vector que congrega os custos directos e indirectos de inscrição ao ensino básico e $\varepsilon_1 \sim N(0, \sigma_1^2)$.

O vector H é composto por características da criança como idade, género, a ordem de nascimento entre os dependentes, se é deficiente, se é órfão e se participa em algum trabalho infantil. Contém também características do agregado familiar, como o consumo expresso em logaritmo, rácio de dependência, zona de residência e o nível de escolaridade do chefe do agregado familiar. Contem finalmente características do chefe do agregado familiar como a idade, se actualmente frequenta uma escola, género e o estado civil. O vector C é composto pela mediana do custo fixo, mediana do custo variável e custos oportunidades aproximado através da distância à escola.

4- Dados

Para atingir os objectivos definidos, são usados dados do IOF 2014/15, correspondente a uma amostra aleatória de cerca de 11.000 agregados familiares. Cada família foi entrevistada em diferentes momentos de uma semana escolhida previamente, com questionários sobre características genéricas, emprego, despesas diárias e consumo doméstico, posse de bens duráveis, condições habitacionais, ofertas e transferências recebidas e pagas, receitas de várias fontes, bem como despesas menos frequentes (como propinas escolares ou compra de vestuário). A colecta de dados teve lugar durante o período de um ano, entre Agosto de 2014 e Agosto de 2015. Mais especificamente, a base de dados contém observações para 11.505, 10.368 e 11.315 agregados familiares correspondentes, respectivamente, ao primeiro, segundo e quarto trimestre. O modelo em análise é baseado numa amostra de 10,369 crianças com idade escolar de 6 a 12 anos, inquiridas no quarto trimestre.

De acordo com sumário estatístico apresentado no anexo B: as variáveis que representam as características das crianças sugerem que metade das crianças na amostra do

grupo de idade 6 a 12 são raparigas e em média 1% dessas crianças são deficientes. Em média, 76% das crianças na amostra estão inscritas no ensino primário. No grupo em análise, cerca de 13% das crianças são órfãs. Em média, cerca de 19% participa de alguma forma de trabalho infantil. O valor do consumo real médio per capita, no grupo de idade 6 a 12 anos, é de cerca de 38,66 mt por dia.

O rácio de dependência sugere que em média 1 em cada 5 membros do agregado familiar é um dependente. Os chefes dos AF têm pelo menos o primeiro grau do ensino primário completado e 2% dos chefes frequentam a escola.

5- Resultados da Regressão

Os resultados da estimação do modelo probit da procura por educação primária, no grupo de idade 6 a 12 são apresentados no anexo C e os efeitos marginais são apresentados na tabela 3. Sendo estes referentes a amostra total e uma subamostra. A subamostra é baseada em diferentes quintis de consumo mais especificamente uma amostra de crianças cujo nível de consumo encontra-se no primeiro e segundo quintil (mais Pobres)¹ e uma amostra de crianças cujo nível de consumo encontra-se no quinto quintil (Ricas). O consumo real da criança é usado como proxy do rendimento.

O nível de consumo dos AF é significativo e positivamente associado à procura por educação primária. Esta associação é especialmente forte nos AF mais pobre e não significativo nos AF Ricos. Essa diferença pode ser explicada pelo facto de AF com recursos mais escassos têm que fazer face a um custo de oportunidade maior para por crianças na escola. Espera-se que para AF mais pobres um aumento no consumo real em 1 ponto percentual aumenta a probabilidade de inscrição em cerca de 9,1 pontos percentuais.

A idade da criança é uma variável significativa e positivamente associada à procura de educação primária. Sendo notável que a associação deste factor com à procura por educação é menos forte nos AF ricos. O mesmo verifica-se com outras variáveis como a ordem de nascimento das crianças que na subamostra de AF ricos não é estatisticamente significativa.

A ordem de nascimento é significativa e positivamente associada à procura por educação. Considerando que agregados familiares possuem recursos disponíveis limitados, o que aumenta a disputa por recursos no agregado e a disposição para fazer face ao custo de oportunidade de por mais uma criança na escola vai decrescendo a medida que mais crianças inscrevem-se na escola. Neste contexto, os resultados sugerem que num AF há maior preferência em investir na educação de crianças mais novas relativamente à crianças mais velhas.

Ser deficiente é uma variável significativa e negativamente associada à procura por educação, uma criança deficiente é 39,6 pontos percentuais menos provável de inscrever-se ao ensino primário em relação a crianças sem nenhuma deficiência. Possivelmente porque existem menos infraestruturas e escolas preparadas para crianças deficientes. Isto considerando que até

¹ Para a subamostra dos AF mais pobres foi usado o primeiro e segundo quintil porque não há muita diferença no consumo real destes dois grupos.

2009 somente existiam 98 escolas a oferecer educação inclusiva em Moçambique (UNICEF, 2010, p. 130).

Crianças órfãs de mãe ou pai são 4 pontos percentuais menos prováveis de procurar educação, relativamente à crianças que não são órfãs.

O nível de escolaridade do chefe do AF é significativo e tem um efeito positivo sobre procura por educação primária. A medida que o nível de educação do chefe do AF aumenta a probabilidade de inscrever-se aumenta. Ademais, a associação é mais forte nos AF mais pobres.

Ter um chefe do agregado familiar que estuda é um factor determinante e significativo nos AF mais pobres, crianças cujo chefe do AF estuda são 30 pontos percentuais mais prováveis de inscrever-se ao ensino primário, isto relativamente a crianças cujo chefe de agregado familiar não estuda./

Relativamente a robustez dos resultados, estudos como Lincove (2009), Nidup (2016), adoptaram o método regressão baseado em variáveis instrumentais para identificar e resolver problemas de endogeneidade, ligado ao uso de tempo, distancia e rendimento. Neste estudo, essas variáveis foram tratadas como exógenas, por essa razão os resultados apresentados podem ser menos robustos, por não ter sido adoptada nenhuma estratégia empírica para resolver possíveis problemas ligados a endogeneidade.

Tabela 2: Resultados de estimação do modelo Probit

Variáveis Independentes	Efeito Marginal (dy/dx)		
	Total	Rico	Mais Pobres
Idade	0,031*** (0,003)	0,012* (0,007)	0,039*** (0,005)
Rapariga	0,006 (0,009)	-0,035 (0,022)	0,011 (0,015)
Ordem de Nascimento	0,013*** (0,0040)	0,016 (0,0107)	0,013** (0,0057)
É Deficiente	-0,396*** (0,059)	-0,318*** (0,089)	-0,315*** (0,112)
Participa_Trabalho_Infantil	-0,015 (0,014)	-0,041 (0,031)	0 (0,024)
Log Consumo real	0,039*** (0,010)	0,014 (0,035)	0,091*** (0,023)
Órfão			
Pelo menos 1 parente	-0,04** (0,018)	-0,056 (0,047)	-0,023 (0,027)
Dos dois parentes	-0,016 (0,039)	-0,016 (0,066)	-0,024 (0,065)
Rácio dependência	-0,003 (0,043)	0,033 (0,087)	-0,035 (0,071)
<i>Escolaridade Do chefe do AF</i>			
Primário 1º grau	0,078*** (0,015)	0,079* (0,045)	0,071*** (0,022)

Primário 2º grau	0,103*** (0,018)	0,1** (0,048)	0,117*** (0,029)
Secundaria 1º ciclo	0,171*** (0,021)	0,147*** (0,048)	0,19*** (0,031)
Secundaria 2º ciclo	0,219*** (0,023)	0,141** (0,056)	0,274*** (0,031)
Nível Superior	0,172*** (0,043)	0,127** (0,061)	
Idade do chefe do AF	0 (0,000)	-0,001 (0,001)	0 (0,001)
Chefe do AF frequenta escola	0,087 (0,057)	0,052 (0,058)	0,303*** (0,109)
Género do chefe do AF	0,022 (0,020)	0,053 (0,040)	-0,012 (0,036)
Estado civil do chefe do AF			
Casado/União Marital	-0,005 (0,034)	0,007 (0,068)	-0,056 (0,052)
Divorciado/Separado	-0,058 (0,038)	-0,069 (0,088)	-0,106* (0,054)
Viúvo	-0,004 (0,035)	-0,104 (0,077)	-0,038 (0,051)
Custo_distancia	-0,00007 (0,000)	0,00009 (0,000)	-0,00008 (0,000)
Custo_fixo_mediana	0 (0,000)		0 (0,001)
Custo_variavel_mediana	0 (0,029)	0 (0,047)	0** (0,065)
Dummy Regionais	Sim	Sim	Sim
Observações	10,369	1,655	4,218

Legenda: * p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01; Dummy regionais incluídas para controlar diferenças geográficas.

Conclusão

A política de educação em Moçambique combinada com os esforços emanados do GdM e seus parceiros no sentido de expandir a educação e tornar o acesso a educação mais abrangente tem tido um efeito positivo no aumento da procura por educação primária.

O desenvolvimento do sector de educação pode ainda ser evidenciado, se for tomada em consideração evidência empírica dos estudos realizados no contexto de Moçambique, olhando a evolução do sector ao longo dos anos e os resultados da pesquisa actual. Como é o caso do género da criança cujo presente estudo sugere que não é um factor significativo na procura por educação primária, consequentemente não há desigualdade em funcao do género na decisão de inscrição de crianças ao ensino básico, assim como não há diferenças significativas na procura por educação ligadas ao género do chefe do AF.

No entanto, há evidência de desigualdade na inscrição ao ensino primário ligado ao rendimento. Na procura por educação, os agregados ricos são menos afectados por factores ligados à criança, agregado familiar e custos. Crianças de AF ricos são mais prováveis de inscrever-se ao ensino primário, isto relativamente às crianças de AF mais pobres. Nos AF mais pobres, o rendimento do AF e a educação do chefe tem um papel importante na procura por educação básica. Os AF mais pobres têm menos capacidade de fazer face ao custo de oportunidade de investir na educação. Para poderem investir na educação têm que abdicar de uma parte do rendimento presente em detrimento de retornos futuro e, o rendimento presente pode ser crucial para sua sobrevivência.

Pode-se destacar como as maiores barreiras na procura por educação primária: ser deficiente, baixo nível de escolaridade do chefe do AF e ser órfão de pai ou mãe. Neste contexto, ao considerar a educação uma forma de investimento, onde os AF investem na educação e esperam retorno positivo e significativo. Cada um destes factores pode tornar o custo de oportunidade associado ao investimento na educação maior e o retorno esperado pela educação relativamente menor.

Considerados os resultados do estudo, o escopo e os principais objectivos da política Moçambicana em relação à educação. Uma educação básica universal é alcançável, usando os esforços actuais como base. Para tal, seria necessário mais esforços no sentido de garantir uma mesma oportunidade de educação entre crianças deficientes e não deficientes.

A educação do chefe do AF é um dos principais canais pelo qual pode-se aumentar a procura por educação de crianças em idade escolar. Especialmente para crianças em AF mais pobres, onde o contributo da escolaridade do chefe do AF para procura de educação é ainda mais elevado, ademais ter um chefe do AF que estuda esta fortemente associado a maior probabilidade de inscrição.

A existência de desigualdade no acesso à educação diminui a possibilidade de crianças provenientes de AF mais pobres inscreverem-se no ensino primário. Consequentemente, abre espaço para perpetuar a situação de pobreza e desigualdade de rendimento.

Bibliografia

Al-Samarrai, S. & Peasgood, T., 1998. Educational attainments and household. *Economics of Education Review*, 17(4), pp. 395-417.

Bank, W., 2005. *Mozambique Poverty and Social Impact Analysis: Primary School Enrollment and Retention—The Impact of School Fees*, Washington D.C: World Bank.

Becker, G. S., 1962. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *The Journal of Political Economy* 70 no. 5, Part 2, pp. 9-49.

Ben-Porath, Y., 1967. The Production of Human Capital and the Life Cycle of Earnings. *The Journal of Political Economy*, Vol.75, No 4, Part 1, pp. 352-365.

Besley, T., 2009. Property Rights and Economic Development. Em: D. Rodrik & M. Rosenzweig, edits. *Economic Development*. London: London School of Economics and Political Science, pp. 1-97.

Chernichovsky, D., 1985. Socioeconomic and demographic aspects of school enrollment and attendance in rural Botswana. *Economic Development*, 33(2), p. 319–332.

Connelly, R. & Zheng, Z., 2003. Determinants of school enrollment and completion of 10 to 18 year olds in China. *Economics of Education*, 22(4), pp. 379-388.

Dabla-Norris, E. & Gradstein, M., 2004. *The Distributional Bias of Public Education: Causes and Consequences*, Washington: IMF Working Paper 04/214.

DEEF, 2016. *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional*, Maputo: Ministério de Economia e Finanças.

Deolalikar, A. B., 1997. *The Determinants of Primary School Enrollment and Household Schooling Expenditures in Kenya: Do They Vary by Income?*, Seattle: Department of Economics, University of Washington.

Fox, L., Santibañez, L., Nguyen, V. & André, P., 2012. *Education Reform in Mozambique: Lessons and Challenges*. Washington, D.C: World Bank.

Galiani, S. & Schargrodsky, E., 2010. Property rights for the poor: Effects of land titling. *Journal of Public Economics*, p. 700–729.

GdM, 2012. *Plano estratégico da educação 2012-2016*, Maputo: Ministério de Educação.

Glick, P. & Sahn, D. E., 2000. Schooling of girls and boys in a West African country: The effects of parental education, income and household structure. *Economics of Education Review*, 19(1), pp. 63-87.

Handa, S., 2002. Raising primary school enrolment in developing countries: The relative importance of supply and demand. *Journal of Development Economics*, Volume 103-128, p. 69.

Lincove, J. A., 2009. Determinants of schooling for boys and girls in Nigeria under a policy of free primary education. *Economics of Education Review*, Volume 28, p. 474–484.

Nidup, J., 2016. Determinants of School Enrolment in Bhutan: Does Income Matter to Poor?. *Asian Journal of Economic Modelling*.

Quayes, S. & Ramsey, R. D., 2014. Gender Disparity In Education Enrollment In Pakistan. *Asian Economic and Financial Review*, pp. 407-417.

Tansel, A., 1997. Schooling attainment, parental education, and gender in Cote D'Ivoire and Ghana. *Economic Development and Cultural Change*, 45(4), p. 825–856.

UNICEF, 2010. A Educação e o Direito das Crianças ao Desenvolvimento. Em: *Pobreza Infantil e Disparidades em Mocambique 2010*. s.l.:UNICEF.

WDI, 2017. *World Development Indicators*. [Online] Available at: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> [Acedido em 01 Julho 2017].

Zimmerman, F. J., 2001. Determinants of school enrollment and performance in Bulgaria: The role of income among the poor and rich. *Contemporary Economic Policy*, 19(1), pp. 87-98.

Anexo A: Descrição das variáveis

Tabela: Descrição das variáveis

Variáveis	Descrição
<i>Características das crianças</i>	
Inscrição	Variável binária que assume valores 1 caso inscreveu-se ao ensino primário e 0 caso não.
Idade	Idade da criança, anos de vida completados
Rapariga	Variável binária que assume valores 1 caso a criança é do género feminino e 0 caso não.
Ordem de Nascimento	Ordem de nascimento da criança
É deficiente	Variável binária que assume valores 1 caso criança é deficiente e 0 caso não;
Órfão	A criança é órfã de pai/mãe ou ambos
Participa_Trabalho_Infantil	Variável binária que assume valores 1 caso criança participou em algum trabalho infantil e 0 caso não;
<i>Características do Agregado Familiar</i>	
Logconsumo	Logaritmo do consumo real do agregado familiar;
Rácio de dependência	Número total de membros no agregado familiar com idade menor que 6 e maior que 64 sobre o número total de membros no agregado;
Escolaridade do chefe do AF	Nível de educação do chefe do agregado familiar;
Província e área de residência	Província e área de residência rural ou urbana.
<i>Características do Chefe do Agregado Familiar</i>	
Idade do chefe do AF	Idade do chefe do agregado familiar;
Chefe do AF frequenta escola	Variável binária que assume valores 1 caso o chefe do agregado familiar frequenta à escola e 0 caso não;
Género do chefe do AF	Variável binária que assume valores 1 caso o chefe do agregado familiar é do género feminino e 0 caso não;
Estado civil do chefe do AF	Estado civil do chefe do agregado familiar;
<i>Custos directos e indirectos</i>	
Mediana do custo fixo	Mediana do custo fixo (matricula, propinas e mensalidades) nos últimos 12 meses de frequentar o ensino primário por área de numeração;
Mediana do custo variável	Mediana do custo variável (uniforme, livros e transporte para escola) de frequentar o ensino primário por área de numeração;
Custo da Distancia	Custo de oportunidade de chegar à escola primária mais próxima; resulta da distância á escola medida em minutos e o custo do tempo (rácio entre salário médio e horas médias de trabalho no grupo de idade).

Anexo B: Sumário Estatístico Total e da Subamostra

Tabela: Sumário estatístico

Variáveis	Média		
	Total	Rico	Mais Pobres
<i>Características da criança</i>			
Inscrição	0,76	0,85	0,72
Idade	8,78	8,89	8,72
Rapariga	0,49	0,53	0,49
Ordem de Nascimento	2,81	2,54	3,00
Deficiência	0,01	0,01	0,00
<i>Órfão</i>			
Não é órfão	0,87	0,89	0,87
Órfão de mãe ou pai	0,11	0,09	0,11
Órfão de mãe e pai	0,02	0,02	0,02
Participa em algum Trabalho Infantil	0,19	0,14	0,18
Consumo real	38,66	103,41	17,75
<i>Características do Agregado Familiar</i>			
Rácio dependência	0,20	0,15	0,23
<i>Nível de Escolaridade do Chefe do AF</i>			
Nenhum nível	0,33	0,14	0,42
Primária 1º grau	0,38	0,32	0,39
Primária 2º grau	0,15	0,18	0,14
Secundaria 1ª Ciclo	0,08	0,15	0,05
Secundaria 2ª Ciclo	0,03	0,10	0,01
Nível Superior	0,02	0,10	0,00
<i>Características do Chefe do Agregado Familiar</i>			
Idade do chefe do AF	43,98	43,50	44,03
Se o chefe do AF frequenta escola	0,02	0,06	0,01
Género do chefe do AF	0,25	0,23	0,25
<i>Estado civil do chefe do AF</i>			
Solteiro	0,03	0,04	0,03
Casado/União Marital	0,81	0,83	0,81
Divorciado/Separado	0,06	0,06	0,07
Viúvo	0,10	0,08	0,10
<i>Custos directos e indirectos</i>			
Custo_distancia	58,28	41,35	68,99
Custo_fixo_mediano	50,02	331,57	0,75
Custo_variavel_mediano	66,66	181,21	41,34
<i>Província e área de residência rural e urbano</i>			
Niassa Urbano	0,01	0,01	0,02
Niassa Rural	0,06	0,02	0,07
Cabo Delgado Urbano	0,01	0,01	0,02
Cabo Delgado Rural	0,05	0,04	0,04
Niassa Urbano	0,06	0,04	0,07
Niassa Rural	0,13	0,08	0,15
Zambézia Urbano	0,04	0,05	0,05
Zambézia Rural	0,15	0,09	0,19
Tete Urbano	0,01	0,02	0,02

Tete Rural	0,09	0,16	0,04
Manica Urbano	0,02	0,04	0,01
Manica Rural	0,06	0,04	0,05
Sofala Urbano	0,03	0,04	0,02
Sofala Rural	0,06	0,02	0,07
Inhambane Urbano	0,01	0,02	0,01
Inhambane Rural	0,05	0,04	0,06
Gaza Urbano	0,01	0,02	0,01
Gaza Rural	0,05	0,03	0,05
Maputo Província Urbano	0,04	0,12	0,01
Maputo Província Rural	0,02	0,03	0,02

Anexo C: Resultados Regressão modelo Probit

Tabela: Resultados Modelo Probit

Variável dependente: Inscrição	Amostra		
	Total	Rico	Mais Pobres
Variáveis Independentes			
Idade	1,019*** (0,089)	0,919*** (0,292)	0,987*** (0,124)
Idade^2	-0,052*** (0,005)	-0,049*** (0,016)	-0,05*** (0,007)
Rapariga	0,023 (0,037)	-0,189 (0,120)	0,04 (0,052)
Ordem de Nascimento	0,049*** (0,0157)	0,088 (0,0583)	0,044** (0,0199)
É Deficiente	-1,554*** (0,233)	-1,744*** (0,498)	-1,099*** (0,393)
Participa em algum Trabalho Infantil	-0,059 (0,056)	-0,226 (0,171)	-0,001 (0,085)
Log Consumo real	0,153*** (0,041)	0,075 (0,193)	0,318*** (0,082)
Órfão			
Pelo menos 1 parente	-0,152** (0,068)	-0,285 (0,225)	-0,078 (0,092)
Dos dois parentes	-0,063 (0,149)	-0,085 (0,346)	-0,082 (0,218)
Rácio dependência	-0,012 (0,171)	0,18 (0,474)	-0,121 (0,249)
<i>Escolaridade Do chefe do AF</i>			
Primária 1º grau	0,283*** (0,052)	0,363* (0,196)	0,237*** (0,071)
Primária 2º grau	0,383*** (0,070)	0,474** (0,223)	0,404*** (0,107)

Secundaria 1º ciclo	0,706*** (0,101)	0,779*** (0,245)	0,727*** (0,141)
Secundaria 2º ciclo	1,019*** (0,155)	0,73** (0,305)	1,304*** (0,270)
Nível Superior	0,714*** (0,232)	0,635* (0,331)	- -
Idade do chefe do AF	-0,001 (0,002)	-0,004 (0,006)	-0,001 (0,003)
Se o chefe do AF frequenta escola	0,341 (0,225)	0,287 (0,320)	1,056*** (0,382)
Género do chefe do AF	0,087 (0,077)	0,292 (0,221)	-0,041 (0,125)
Estado civil do chefe do AF			
Casado/União Marital	-0,019 (0,137)	0,041 (0,375)	-0,206 (0,202)
Divorciado/Separado	-0,218 (0,144)	-0,341 (0,441)	-0,374* (0,200)
Viúvo	-0,017 (0,140)	-0,493 (0,390)	-0,141 (0,196)
Custo_distancia	-0,00028 (0,000)	0,00049 (0,001)	-0,00026 (0,000)
Custo_fixo_mediana	0 (0,000)	- -	0 (0,002)
Custo_variavel_mediana	0 (0,148)	0 (0,377)	0** (0,268)
Dummy Regionais	Sim	Sim	Sim
Observações	10,369	1,655	4,218

Legenda: * p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01; Dummy regionais incluídas para controlar diferenças geográficas.